

ATA N.º3/2018ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2018

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e dezoito, pelas catorze horas e dez minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória da sua Presidente, de dezassete de abril do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 - Apreciação da Atividade Municipal;

Ponto 2 - Análise, discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2017;

Ponto 3 - Análise, discussão e votação da integração, como membro fundador, do CEPAD – Centro de Estudos e Promoção do Azeite do Douro;

Ponto 4 - Análise, discussão e votação do pedido de autorização para assunção de Compromissos Plurianuais - Concurso Público Internacional para Aquisição de Energia Elétrica em MT (Média Tensão) BTE (Baixa Tensão Especial) e BTN (Baixa Tensão Normal) e IP (Iluminação Pública);

Ponto 5 - Análise, discussão e votação da 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento – Integração do Saldo de Gerência do Exercício de 2017;

Ponto 6 - Análise, discussão e votação da Proposta de Recomendação para Adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão cumprimentando os presentes.

Deu nota da ausência justificada do Senhor Jorge Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Soutelo do Douro, fazendo-se representar pela Senhora Mónica Freixo.

De seguida, passou a palavra ao primeiro secretário, Senhor Luís Paíga para que se procedesse à chamada.

O Senhor Luís Paíga cumprimentou os presentes e de imediato procedeu à chamada não se verificando ausências dos deputados eleitos.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou os presentes da correspondência recebida. Deu conta de uma petição para requalificação completa e adequada do IP3, de um email recebido a questionar sobre a regularização dos precários, enviado pela plataforma dos precários do Estado. Do Município de Alijó foi rececionada uma carta, com a preocupação da instalação de uma mina de urânio a céu aberto, a trinta e cinco quilómetros da fronteira com Portugal.

Do grupo parlamentar PSD, recebeu um ofício intitulado "Iniciativa Parlamentar do PSD para Construção de ligação rodoviária em perfil de autoestrada entre Viseu e Coimbra, garantindo uma solução não portajada".

Em relação às atas, pediu dispensa da sua leitura, iniciando um período de inscrições para quem quisesse fazer alguma alteração às mesmas.

Solicitou alteração, o Senhor António Froufe relativamente à ata de fevereiro. Aceite a modificação, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a ata de fevereiro à votação. Esta foi aprovada por maioria, com a abstenção do Senhor José Vilas Boas por não ter estado presente.

Quanto à ata da sessão extraordinária de março, a Senhora Presidente da Assembleia colocou a mesma a votação. Tendo esta, sido aprovada por maioria, com as abstenções das Senhoras Marcolina Sequeira, Rosa Teixeira e do Senhor Joaquim Carvalho por não terem estado presentes na referida sessão.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, informou o público presente de que, se quisessem intervir teriam de proceder ao preenchimento da ficha de inscrição destinada aos mesmos.

Continuou a sessão, agradecendo aos Presidentes de Junta, às Bandas Filarmónicas de Nagoselo do Douro e Riódades, aos Bombeiros de S. João da Pesqueira e Ervedosa do Douro, ao Agrupamento de Escolas pela colaboração prestada aquando da realização das Comemorações do 25 de abril.

De seguida solicitou aos membros eleitos, nas diversas comissões de trabalho, em representação da Assembleia Municipal que informassem a Assembleia das atividades das mesmas.

O Senhor Vítor Tomé cumprimentou a mesa da Assembleia, o Executivo, colegas Deputados e Público presente. Comunicou que, no passado vinte e quatro de abril, realizou-se a primeira Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO no Museu do Douro. Procedeu-se à eleição da mesa. Houve uma só lista proposta pelo Doutor Leandro Macedo, esta foi eleita.

A Senhora Mónica Pacheco, como representante da Assembleia no Conselho Municipal de Educação, salientou o facto das metas contratualizadas na área da educação no âmbito do Projeto e Ação Estratégica têm vindo a ser atingidas. No ranking, o Agrupamento de Escolas, tem vindo a subir desde dois mil e catorze.

O Senhor Eduardo Coelho cumprimentou os presentes. Informou a Assembleia da reunião da Proteção Civil realizada a quinze de abril de dois mil e dezoito. Procedeu-se à instalação da Comissão Municipal de Proteção Civil para o quadriénio 2017-2021. Foi debatido o Regulamento Municipal de Proteção Civil. Interpelou o Senhor Vasco Silva na possibilidade da construção de um cais em Nagoselo do Douro. O Canal da Rapa é perigoso, causando diversos incidentes com pequenas embarcações, na sua opinião um cais em Nagoselo do Douro seria uma forma de rápido acesso para socorro das embarcações. Demonstraram ter interesse no assunto, pois o Lugar de São Martinho, em Nagoselo do Douro, tem condições para albergar a obra.

A Senhora Presidente da Assembleia informou os membros da realização de uma atividade intitulada "A voz da criança", que será realizada dia quatro de junho no período da manhã. Convidou todos a estarem presentes.

Período de antes da Ordem do dia

Aberto o período de inscrições, a Senhora Presidente da Assembleia passou a palavra ao primeiro interveniente.

A Senhora Rosa Teixeira cumprimentou os presentes, de seguida fez o discurso que se transcreve: "Como sabem na passada 4ª feira comemoramos o restabelecimento da democracia, na qual se inclui a liberdade de expressão e de opinião. Foi, pois, com surpresa que ouvindo o discurso do Sr. Presidente, me apercebi que ele deveria estar equivocado e que afinal, ainda não passaram 6 meses desde que foi eleito, pois, parece continuar em campanha eleitoral.

É de lamentar, que o que transparece, apenas, como essencial para este executivo, é referir com insistência as dívidas. É caso para perguntar se alguns elementos do PNT, aqui presentes, nunca exerceram funções políticas, por exemplo, na vereação ou mesmo na assembleia. Será que não conheciam a situação financeira da autarquia? Então é porque andavam muito distraídos. Uma coisa é certa, se há alguém que não se considera responsável pela tão apregoada dívida, sou eu.

É verdade, 6 meses se passaram, 6 meses em que de forma camuflada, sem querer dar nas vistas, este executivo foi substituindo as pessoas ditas "incompetentes", cujo pecado mortal era terem apoiado o PSD, por outras, que ficaram muito motivadas. Esqueceu-se foi dos munícipes que ficaram dececionados. Confesso, que a certa altura, dei comigo a pensar que se não fosse professora do quadro de Agrupamento e tivesse a infelicidade de estar dependente da câmara, também eu seria substituída, por uma professora mais competente, claro está.

Também é verdade e, por isso preocupante, que no nosso concelho não haja alguém capaz de exercer o cargo de diretor da escola profissional. De facto, somos todos uma cambada de incompetentes. Daí, o executivo ter que dar um ordenado bem mais simpático a quem aceitou essa função, mas neste caso, a despesa deixou de ser problema.

Posto isto, deixo aqui um apelo: parem de falar em dívidas que já sabiam que existiam. Não se escudem nelas para justificar a inação. Enterrem o passado e projetem o futuro. Gastem as vossas energias, sendo criativos e tomando boas iniciativas para o bem de todos os pesqueirenses. Finalmente, deixem de fazer aceção de pessoas e governem para todos.

Em determinadas circunstâncias o silêncio é a arma dos mais sensatos e inteligentes."

O Senhor João Olindo Monteiro cumprimentou a mesa da Assembleia, Executivo, colegas Deputados e o Público presente. Lembrou o vinte e cinco de abril de 1974. "Abril sempre, quase todas as histórias começam com "era uma vez" e têm sempre um misto de fantasia e de invenção, mas há 44 anos atrás a história foi bem real e teve um nome, 25 de abril de 1974, também conhecida como Revolução dos Cravos. Finalmente houve a coragem de transformar um país oprimido, sem sonhos, sem abertura ao exterior num país livre, democrático e com direitos. Um país que numa madrugada, como escreveu Sophia de Mello Breyner, emergiu da noite do silêncio, mas os direitos não podem submeter-se aos deveres numa democracia e, infelizmente na atualidade assiste-se a um discurso político populista e popularista que tende em banalizar esses valores conquistados. O Senhor Presidente da República no seu discurso alerta mesmo para esta situação chamando a atenção o seguinte: "não se confunda popularidade conjuntural e adensamentos políticos com vocação política essa vocação política deve permitir

o cumprimento dos valores democráticos pois a política não pode ser um deslumbramento. Políticos com vocação respeitam, valorizam e põem em prática os valores da democracia não confundem nunca reconhecimento e prestígio político com vaidade nem popularidade". Abril é liberdade, mas liberdade com respeito e com responsabilidade. Olha para o que eu digo e não para o que eu faço, esse não pode ser o slogan de abril. Abril é queremos que o Executivo olhe em frente, que não se mantenha preso a uma campanha que continua a hastear a bandeira da dívida, como pretexto a mais nada acrescentar ao seu discurso. Relativamente às comemorações que foram festejadas no nosso concelho, como sabem houve a criação de uma comissão de trabalho na última Assembleia ordinária de vinte e seis de fevereiro de 2018, com o objetivo de planear a cerimónia, assim foi feito. No entanto, lamento que o contexto e significado de comissão de trabalho ainda não esteja interiorizado na mente política do nosso concelho, mas, tenho a certeza, sem dúvida que aquela quarta-feira devido às condições climatéricas foi um excelente dia para tirar fotografias.

Por lapso meu peço também agora desculpa, quando houve inscrições para as comissões eu falhei na inscrição e queria só acrescentar aqui umas ideias, umas notas informativas relativamente ao Senhor Vítor Tomé. Como ele explicou houve a tomada de posse da Assembleia Intermunicipal, somos cinquenta deputados, quarenta e cinco tomaram posse e cinco não por justificação, só de salientar também o Presidente Agostinho Marafão de Foz Côa, o primeiro secretário é de Mesão Frio e a segunda secretária é de Tabuaço. O papel destes deputados eleitos será sempre a defesa da Região Duriense, dos territórios, das pessoas que nela habitam, independentemente dos partidos, ideologias, seja o que for a bandeira naquele local é só uma em prol do Douro, muito obrigado. "

De seguida, o Senhor Adelino Lopes, questionou o Executivo sobre quais as ações levadas a cabo após a auditoria externa.

Passada a palavra à Senhora Susana Santos, esta parabenizou a Senhora Presidente da Assembleia e o Senhor Presidente da Câmara pelas atividades levadas a cabo no passado vinte e cinco de abril. Passados seis meses após a tomada de posse, é notável o esforço e o trabalho de equipa do Executivo Camarário. Terminou a sua intervenção louvando o empenho e trabalho do Executivo pois, não é tarefa fácil, face às dificuldades encontradas.

O Senhor Joaquim Carvalho interveio de seguida cumprimentando os presentes. Pediu desculpa pela ausência nas comemorações do vinte e cinco de abril, dando os parabéns à comissão organizadora.

Questionou o Senhor Presidente da Câmara relativamente à reunião realizada com o INEM, quais os meios que irão ser reforçados para o nosso concelho.

Visualizou uma notícia no site da Câmara referente a um pacote de viagem no rio Douro, perguntou se foi estabelecido algum protocolo com a empresa Barcadouro.

No que diz respeito à reunião de judiarias gostava de saber, quais os projetos a executar.

O Senhor Sebastião Mesquita, no uso da palavra cumprimentou a Mesa da Assembleia, Presidente da Câmara, Vereadores, colegas Presidentes de Junta, restantes membros da Assembleia e Público. Salientou a reunião realizada com os

seus colegas Presidentes de Junta, cujo assunto seria a definição dos limites de fronteira de cada freguesia. Infelizmente nem todos marcaram presença o que inviabilizou qualquer tomada de decisão.

Referiu que ficou deveras surpreendido com a abstenção dos elementos da bancada do PSD, aquando a votação do PDM, uma vez que este, reflete decisões que foram tomadas durante os mandatos do PSD.

Auscultou qual o ponto de situação relativamente à obra que se irá realizar junto do Agrupamento de S. João da Pesqueira.

Na sua opinião o processo da zona Industrial deve ser revisto e as obras devem ser concretizadas o mais rápido possível, para que o Executivo possa avançar com o aumento da mesma.

Interpelou qual o balanço a nível das contratações do pessoal, relativamente à saída e entrada nos serviços da Câmara.

O Senhor José Vilas Boas cumprimentou os presentes e em nome dos ex-combatentes da sua freguesia agradeceu as comemorações. Sugeriu que a missa se deveria realizar logo a seguir ao hastear das bandeiras.

O Senhor Fernando Pereira referiu que apesar do PDM ser elaborado pelo PSD, que nem todos concordaram com o mesmo. Ele próprio aquando das discussões do PDM sempre se opôs relativamente a algumas decisões e caminhos que se estavam a tomar.

Foi confrontado, com uma carta que foi colocada na mochila da sua filha, que frequenta o pré - escolar e prolongamento, enviada pelo Senhor Presidente da Câmara justificando um despedimento de uma funcionária. Nesta Assembleia foi sempre referido pelo Senhor Presidente da Câmara, que na sua tomada de decisão, relativamente aos fins de contrato, teria sempre em conta a competência e o agregado familiar.

Sendo a funcionária em questão trabalhadora e empenhada não percebe a razão da sua decisão, uma vez que esta já foi substituída por outra.

Questionou o Senhor Presidente da Câmara para quem trabalhava a funcionária, se a responsabilidade de acompanhar as crianças no autocarro era do Município ou da Pesqueiramiã.

No que diz respeito à Esprodouro, a nova Esprodouro é constituída pelos velhos projetos aprovados. Estranha o facto do ordenado do antigo diretor da Esprodouro, em tempos ser tão criticado e, curiosamente o novo diretor apresenta um vencimento bastante superior. Fez referência a um protocolo estabelecido com a Colômbia, quanto à comitativa da Esprodouro, não percebeu se o Diretor da Escola estava em representação da escola, ou se, da sua própria empresa.

Quanto à Promopesqueira, questionou quem recebe os fundos e se está ou não a ser financiada.

A Senhora Marcolina Sequeira cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Secretários, Executivo, Membros da Assembleia e Público.

Alertou o Executivo, para a retirada das fitas de sinalização, após a finalização das atividades, pois é uma poluição visual.

Lamentou o facto de nas comemorações do vinte e cinco de abril freguesias trazerem poucos ex-combatentes. Algumas com pouca população vieram com

um número razoável de ex-combatentes, e outras com mais habitantes trouxeram dois ou três.

Terminou, a sua intervenção dizendo não ter nada contra ninguém, não tem nada a ver com quem o Senhor Presidente da Câmara contrata ou despede. Não percebe o porquê de tanta revolta agora. Quando precisaram de uma enfermeira para integrar o Projeto CLDS PI+PA a mesma foi contratada sem concurso e, na altura, havia quinze enfermeiras no concelho. A colocação não foi justa, contrataram quem quiseram e nunca ninguém se revoltou.

O Senhor Vítor Tomé apelou para que a Assembleia Municipal se torne mais visível, mais interativa, mais compreendida no seu papel. Sugeriu que as sessões da Assembleia deviam ser transmitidas em direto da rádio local e saírem dos Paços do concelho indo até às freguesias, dando "Voz" aos cidadãos. Criar um espaço na sessão onde se pudesse debater as dificuldades da freguesia.

A Senhora Presidente da Assembleia acolheu esta sugestão com muito agrado, uma vez que já era sua intenção e solicitou aos Senhores Presidentes de Junta disponibilidade para a realização da próxima sessão numa das freguesias do concelho.

O Senhor Presidente de Junta, Sebastião Mesquita mostrou disponibilidade para que a próxima sessão da Assembleia se realize em Ervedosa do Douro.

O Senhor Joaquim Carvalho pediu a palavra dizendo ter ficado admirado quanto às questões proferidas pelo Senhor Fernando Pereira acerca da Promopesqueira. Foi uma das pessoas indiretamente visadas. O Senhor Fernando Pereira tem conhecimento, bem como os Senhores Vereadores Jorge Rocha e Vítor Sobral que a criação da Promopesqueira foi a maior "trapalhada social" ocorrida em S. João da Pesqueira. Os funcionários que tinham contrato com a Esprodouro foram pressionados a assinar novo contrato com a Promopesqueira. A criação da Promopesqueira teve como consequência o desaparecimento do património da Esprodouro.

O Senhor Vereador Jorge Rocha pediu a palavra em defesa da honra para dizer o seguinte "permitam-me, por favor. Antes de mais, boa tarde à Senhora Presidente da Assembleia, a todos quantos estão na Mesa, ao Executivo naturalmente, à exceção de mim, porque sou eu próprio. Digníssimos deputados, digníssimo público, eu não posso deixar de intervir por que sinceramente, apesar de, se calhar, não ter essa fama na cabeça de alguns, menos informados. Só se deve dizer aquilo que se sabe... e quando se dá conta que a ausência de informação é tal, que não se consegue dizer que um mais um são dois, então aí sim é necessário estar-se calado. O Senhor ofendeu, neste momento, a minha honra pelo que agradeço que fique registado em ata. O Senhor mencionou o nome do antigo Presidente da Mesa da Assembleia, como sendo corresponsável pela formação da Associação que é a Promopesqueira, em cujo nome não teve nem o lugar, nem o nome, nada a ver com a formação da Promopesqueira. Quem definiu a Promopesqueira foi o Crédito Agrícola Mútuo, na pessoa dos seus dirigentes e o Executivo da Câmara Municipal de S. João da Pesqueira, no nome dos seus Vereadores e do seu Presidente. Eu passei a integrar a Promopesqueira na qualidade de membro, depois dela formada. O Senhor está a fazer perguntas que sinceramente lamento. Como disse, há funcionários que conseguirão

transmitir-lhe todas as informações sobre a Promopesqueira, sobre a Asdouro, que desconhece, e sobre a Esprodouro. O Senhor falou na Esprodouro, a Esprodouro não tem nenhum número de contribuinte associado, logo não pode estar a falar da Esprodouro e da Promopesqueira. Depois, diga assim: Graças a Deus que existiu a Promopesqueira! Pode não ter sido a maneira mais rigorosa, mais fantástica do mundo ao criá-la, no entanto tenho que dizer, que os quatrocentos e cinquenta mil euros, que foram depositados, quer em bem imaterial, quer em bem material, foi na Promopesqueira. A rica é a Promopesqueira! E se a Promopesqueira neste momento não existisse, os seus, nossos amigos e colaboradores, não estavam a trabalhar na Asdouro, e sabe porquê? Porque a Asdouro é constituída por três entidades, entre elas, a Associação de Pais. A Promopesqueira surgiu para que a Associação de pais não pudesse beneficiar do valor, que nunca antes tinha lá colocado. Criaram uma outra Associação para que houvesse só direito a que as duas tivessem direito ao valor lá colocado, material ou imaterial. No entanto, também tenho que lhe dizer, que a Asdouro está falida há muito tempo! A Promopesqueira é rica! A Câmara não perdeu o bem imaterial que tem, Desde que cumpra com as suas obrigações a saiba recuperar, aliás acredito que sim. Não se troca de Diretor por uma questão política, troca-se de Diretor por uma questão profissional e, portanto, acredito que o Diretor que lá esteja, seja capaz de arranjar os alunos que necessita e de arranjar o capital que necessita, para o dito autofinanciamento que tanto tem sido aplaudido. Portanto, o Senhor foi... desculpe que lhe diga, juiz em causa alheia, e quando se é juiz em causa alheia não se é bom Professor, tenho dito."

A Presidente da Assembleia Municipal, findo o período de intervenções dos membros, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal congratulou-se da forma como decorreram as comemorações do vinte e cinco de abril. Agradeceu à Comissão de trabalho e aos que trabalharam na concretização desta atividade.

Informou os presentes que vai manter o valor atribuído a cada marcha de S. João (sendo este de mil e quinhentos euros). Apelou ao envolvimento de todas as freguesias para que participem nas referidas marchas.

Relativamente ao seu discurso proferido aquando as comemorações do 25 de abril, salientou o facto de este ser pessoal e reflete as suas convicções e o que definiu como estratégias de atuação para o concelho. Referiu ainda que entende que a maioria do PSD se queira desligar do passado. Continua a ser surpreendido com dívidas, que foram assumidas pelo anterior executivo e por essa razão tem que falar nelas. Informou que ainda há muito pouco tempo verificou um contrato assinado a trinta de agosto de dois mil e dezassete, assumido em plena campanha eleitoral com a Junta de Trevões, onde a Câmara Municipal assume o pagamento de cerca de dezoito mil euros em obras realizadas na freguesia.

Relativamente aos recursos humanos, consoante as prestações de serviço vão chegando ao seu término, as situações são analisadas e decididas de acordo com as necessidades, competência e pertinência nos serviços. Salientou que as despesas com o pessoal têm um peso no orçamento de cerca de 25%.

Informou que não iria assumir pagamentos de vencimentos com funcionários afetos a outras entidades. A Auditoria serviu para entender a orgânica assumida

pelo anterior executivo e serve de suporte para a tomada de decisões pelo atual executivo. Realçou ainda, que existia um contrato nestas circunstâncias, desempenhando funções para a Pesqueiramiga. Após reunião com a Pesqueiramiga e a funcionária ficou assumido que o Município não continuaria a efetuar o pagamento do vencimento, sendo este da responsabilidade da Pesqueiramiga.

Em relação à Esprodouro informou que as dívidas se encontram regularizadas, com um novo projeto e novas parcerias.

Informou que estabeleceram um protocolo com a empresa Barcadouro, tendo esta parceria o objetivo de promover o concelho e ainda se torna rentável para o município.

É sua intenção aumentar a zona industrial e para tal já estabeleceu contactos com os proprietários dos terrenos que se encontram a Norte, no entanto nenhum mostrou disponibilidade para os vender.

Informou que os custos associados à elaboração do PDM, sem contar com o pessoal afecto aos serviços da Câmara, foram elevados.

A Senhora Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do Senhor Presidente. Perguntou aos membros se queriam colocar mais questões.

O Senhor Fernando Pereira referiu que sempre se opôs a novas contratações.

Referenciou ainda a carta recebida pela trabalhadora Tânia Correia, evidenciando que é o fim de vínculo precário de doze anos mas, curiosamente a mesma fazia trabalho para a Câmara no acompanhamento dos alunos no autocarro. Questionou se fará sentido a Pesqueiramiga pagar o seu salário.

O Senhor Presidente da Câmara disse ser verdade, que Senhor Fernando Pereira sempre se opôs à contratação do pessoal para os quadros, mas a sua preocupação prende-se com as cento e vinte pessoas que se encontram a recibos verdes.

Finalizado o período de antes da ordem do dia, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, deu início ao período da ordem do dia.

Ponto 1 – Apreciação da Atividade Municipal.

A Senhora Presidente da Assembleia deu início ao primeiro ponto da ordem do dia. Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara se poderia prestar informação relativa aos trabalhadores precários, conforme solicitado pela Plataforma dos Precários do Estado.

O Senhor Presidente da Câmara entende que para regularizar as situações dos precários, tem de analisar as necessidades do Município. Estão a avaliar a situação juntamente com o Auditor Externo. Referiu que esta questão tem que ser resolvida, mas é impossível financeiramente integrá-los a todos no quadro.

Congratulou-se com a posição do Município, no Índice Municipal de Transparência, passou do lugar 253.º para o lugar 113.º. Fizeram, em fevereiro, o contraditório relativamente à lista de indicadores cedidos pelo departamento de comunicação, para uma melhor avaliação.

No dia quinze de abril a rede de judiarias reuniu em S. João da Pesqueira, as contas foram aprovadas, algumas freguesias receberam, em tempos, verbas para a realização de obras. A Pesqueira também vai receber fundos para obras

designadamente na rua dos Gatos, na recuperação das fachadas e aquisição de uma casa.

No mesmo dia, por sua solicitação, reuniu a Associação do Vale do Douro Sul onde foi discutido a criação da empresa intermunicipal de águas.

O Município marcou presença na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, e na FIT – Feira Ibérica de Turismo da Guarda.

No dia vinte e oito de fevereiro, esteve no Ministério da justiça levando a preocupação de manter o tribunal de S. João da Pesqueira em funções. Foi-lhe prometido que, apesar de se estarem a realizar alguns julgamentos, todos os julgamentos até cinquenta mil euros serão realizados em S. João da Pesqueira.

Reuniu com o INEM, na sequência da reunião que teve com o Ministério da Saúde, para adquirir uma ambulância SIV (Suporte Imediato de Vida). Recusaram esta pretensão.

No dia seis de março, no Cineteatro, foi apresentado o projeto que se pretende implementar no futuro da Espadouro e informou que as contas se encontram regularizadas.

Dia dez de março esteve presente no seminário da UTAD, sob a temática "descentralização de competências".

O concelho recebeu, o campeonato nacional de Boccia Sénior, da zona Douro, a Universidade Sénior ficou em segundo lugar e Ervedosa obteve o terceiro lugar. Participaram nas "7 maravilhas à mesa", a candidatura foi aceite mas, não passaram dos quarenta lugares.

Realizaram a "Semana da Atividade Física" de três a seis de abril.

A Câmara Municipal apoiou o Grupo Desportivo da Pesqueira no primeiro triangular infantil.

Decorreu de vinte e seis a vinte e nove de março as atividades da Biblioteca Municipal para as crianças, desta vez foram fornecidos autocarros para que as crianças das freguesias pudessem usufruir dessas atividades.

Após a apresentação pelo Senhor Presidente da Câmara da Atividade Municipal, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal abriu um período de inscrições para intervenção dos Senhores Deputados.

Passada a palavra ao Senhor João Olindo Monteiro, este referiu, que provavelmente ter havido um lapso, pois aparecem atividades repetidas, no documento apresentado aos membros da assembleia.

A Senhora Rosa Teixeira no que diz respeito à educação e na realização de uma Viagem de Estudo à Assembleia da República, considerou que a Câmara apenas participou no transporte. Conforme está descrito, pode induzir que foi a Câmara a organizar, o que não é o caso.

Solicitou que seria conveniente proceder à limpeza dos arbustos na Avenida da Dessarges, pois estes obstruem a visibilidade das pessoas que saem dos carros, que se encontram estacionados.

O Senhor Francisco Pereira sugeriu, já que a placa do Museu do Vinho é tão pouco apelativa de colocarem algo mais atrativo, para as pessoas se aperceberem da existência do Museu do Vinho.

No que concerne a dívidas a terceiros questionou qual o valor em dívida.

O Senhor António Froufe esclareceu que o protocolo assinado a 30 de agosto de 2017, entre a União das Freguesias e a Câmara, não teve nada a ver com questões de campanha eleitoral e explicou a origem desse mesmo protocolo não se revendo com a campanha eleitoral á data. O Senhor António Froufe retorquiu e explicou que esse protocolo teve origem devido aos muros caídos nas freguesias (Trevões e Espinhosa), aquando das intempéries. Como a Câmara, não tinha verba disponível para executar essas mesmas obras a União das Freguesias, procedeu à execução das obras mas ficando acordado serem ressarcidos no valor de 50% ou seja, em cerca de quinze mil euros valor esse que é devido à União das Freguesias.

Louvou o facto de o Município ter subido no ranking do Índice Municipal de Transparência. Questionou qual o ano civil a que se reporta o Índice, quando foi enviado e, se foi enviado pelo anterior Executivo ou pelo atual.

Relativamente às Águas, questionou se o Município está a pagar mensalmente às Águas de Trás os Montes e Alto Douro.

Afirmou que o tribunal é um dos edifícios mais bonitos de S. João da Pesqueira e que este está a ser ocultado pela obra, que se encontra em execução.

A atividade municipal faz referência à limpeza da estrada municipal em Trevões, lembrou que no dia um de março, alertou que estão caídas "duas sapas" desde dezassete de fevereiro.

De seguida interveio o Senhor Eduardo Frederico mostrando o seu agrado às ações que o Executivo tem vindo a desenvolver. Pese embora muitos membros queiram esquecer o passado, o Executivo não pode deixar de o fazer. Existem dívidas que têm que ser pagas e as mesmas comprometerão o futuro de ações a levar a cabo pelo atual Executivo. Desde fevereiro as dívidas a terceiros diminuíram cento e trinta mil euros. Espera que o Executivo continue no bom caminho.

O Senhor Joaquim Carvalho referiu que a BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, é uma feira importantíssima, deu os parabéns ao Executivo pelo esforço que faz para marcar presença na feira. Questionou se as feiras são favoráveis para os empresários de S. João da Pesqueira, ou seja, se fazem negócio e se foi feito algum contacto com operadores turísticos. Era bom apostarem no turismo para que, os turistas deixassem algum dinheiro para desenvolvimento da economia local.

Parabenizou o Executivo na subida do ranking no Índice Municipal de Transparência.

Gostava de obter informações relativamente ao Plano Operacional Municipal de 2018, quem vai fazer parte da Comissão Municipal contra Incêndios e qual vai ser o edifício a ser reabilitado para este fim.

Questionou onde vai passar o corredor ambiental.

O Município está presente na feira Ibérica da Guarda, quis saber como está a resultar.

O Senhor Fernando Pereira interveio dizendo ser "importantíssimo o Município estar presente nas Feiras pois, quem não é visto não é lembrado". Apelou para a mudança do layout do stand, acha-o demasiado morto, o nosso concelho é rico em património e paisagens. Na apresentação de garrafas na mesa devia ser visto também os rótulos atrás.

Tomou conhecimento e fica satisfeito que a Esproduro tenha encontrado estratégias positivas, mas em abono da verdade e também importa dizê-lo que são consequências de uma candidatura aprovada anteriormente. Se referem nesta sala as dívidas assumidas no passado, também importante apontar as vantagens e benefícios que trouxe.

O Senhor Sebastião Mesquita, sugeriu que o documento apresentado pelo Executivo da atividade municipal desenvolvida, deveria também constar custos e participação de pessoas.

O Senhor Vítor Tomé congratulou-se com o facto de, finalmente, o Município ter saído do "lado negro no Índice Municipal de transparência, num universo de trezentos e oito municípios".

Referiu que a Biblioteca, e muito bem, continua a fazer inúmeras actividades e as crianças aderem. Lamentou o facto de o Museu estar parado no que respeita a actividades.

A Senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para que este, pudesse esclarecer os membros intervenientes.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que as actividades que se encontram repetidas no documento, que se encontra em discussão, não prejudicam, foi um lapso.

Quanto à Visita de Estudo à Assembleia da República, realizada pelo Agrupamento de Escolas irá corrigir por "comparticipação no transporte".

Concordou com o Senhor Francisco Pereira, de facto o Museu do Vinho encontra-se mal sinalizado e irá providenciar uma sinalética mais adequada e apelativa.

Relativamente ao ranking do índice de transparência, seguiram o guião, colocaram os parâmetros certos no site e fizeram o contraditório daí a subida no ranking.

Na obra que se encontra em execução à frente do tribunal, poderiam ter redefinido algumas situações que estavam previstas no projeto, mas consideraram pertinente fazer um espaço polivalente e a possibilidade de realizar nesse espaço a Vindouro, incorporando nesse mesmo projeto a construção de WCs, situação que não se encontrava prevista.

Com a aquisição da retroescavadora já poderão proceder à limpeza das estradas.

Para a ida à BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, foram convidados todos os produtores. A Câmara assumiu a despesa com almoço e o autocarro que transportou os produtores e Presidentes de Junta. O custo do stand do Município colocado na Fil, na Guarda orçamentou os duzentos e noventa euros e na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, rondou os dois mil setecentos e cinquenta euros.

Relativamente ao corredor ambiental ainda não está definido o local, provavelmente a Avenida e a rua que vai para o CAO – Centro de Atividades Ocupacionais, está totalmente desprotegida.

Concordou com o Senhor Fernando Pereira quanto ao layout do Município nas feiras, estão a estudar um modelo que servirá para identificar o concelho em todas as Feiras.

Findo este ponto a Senhora Presidente da Assembleia fez um intervalo de dez minutos.

Retomados os trabalhos, o Senhor Luís Paíga procedeu novamente à chamada, não tendo sido verificadas ausências.

Ponto 2 - Análise, discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2017;

A Senhora Presidente da Assembleia passou ao ponto dois da ordem de trabalhos, concedendo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que o documento é bastante técnico, pelo que, solicitou ao Doutor Paulo Tolda e ao Doutor José Alberto Lima para que fizessem uma breve explicação do documento em causa.

O Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Paulo Mendonça Tolda, na sequência do pedido do Senhor Presidente, através de uma apresentação em *Powerpoint* fez uma abordagem sintetizada sobre os principais aspetos contidos no documento de prestações de contas.

O documento está estruturado da seguinte forma: tem um sumário executivo e financeiro, uma síntese da atividade desenvolvida ao longo do ano, uma vez que as demonstrações financeiras e orçamentais não evidenciam todas as atividades desenvolvidas, uma síntese do balanço social relativo aos recursos humanos, com as entradas e saídas, taxa de rotação e número de efetivos.

O Município tem dois subsistemas de contabilidade, uma contabilidade orçamental, em que releva a execução do orçamento numa ótica de caixa modificada e a contabilidade financeira, em que se analisa a situação do município numa ótica patrimonial.

A situação económica relativa ao exercício tem a ver com o Património, designadamente através da apresentação do balanço e da demonstração de resultados onde estão relevados, por exemplo, quer os ativos, quer as dívidas a terceiros e empréstimos de médio e longo prazo.

O documento também contém a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício, o balanço e a demonstração dos resultados e anexos diversos com os mapas de execução orçamental.

O orçamento quer do lado da despesa, quer do lado da receita é igual, tem que estar equilibrado, apresentando um total de doze milhões cento e cinquenta e três mil oitocentos e setenta e três euros, tendo a receita cobrada líquida ascendido a oito milhões novecentos e cinquenta e seis mil euros o que se traduz numa taxa de execução orçamental de 73,7 por cento. É uma taxa relativamente baixa, sendo conveniente manter sempre taxas de execução acima dos 85%. É baixa porque não arrecadando as receitas que estavam previstas, não houve possibilidade de realizar despesa. As receitas correntes tiveram uma execução de 90% mas as receitas de capital foram de 21,9%, significando que estavam previstas muitos investimentos, nomeadamente as empreitadas relativas ao Largo da Feira, as Etar's, as eco-ilhas, o centro de compostagem, obras essas que, por razões diversas relacionadas com o lançamento dos procedimentos, obtenção do visto do tribunal de contas e novas prioridades do atual executivo, só agora poderão ter execução. Por outro lado, 70 por cento do orçamento era corrente e 30 por cento era de capital. Entre 2011 a 2017, o ano em que houve mais arrecadação de receita foi 2014 porque coincide com a empreitada do Museu do Vinho. Até 2013,

a Lei das Finanças Locais permitia um maior equilíbrio entre o FEF corrente e o FEF de capital, sendo que a partir de 2013 houve uma maior componente de FEF corrente e menos FEF capital. O ano de 2017 foi o ano, dos últimos 7 anos, em que cobramos menos receita devido à baixa execução das receitas de capital.

No que diz respeito aos impostos, as linhas de tendência de 2011 a 2017 evidenciam um crêscimo, apesar de algumas variações. O IMI, em 2016, sofreu um decréscimo muito acentuado porque a Autoridade Tributária passou a isentar automaticamente os agregados familiares com baixos rendimentos e habitações próprias com um valor patrimonial tributário baixo. Esta isenção que anteriormente tinha de ser requerida pelo proprietário e passou a ser feita de forma automática pelos serviços da Autoridade Tributária.

O valor do FEF corrente e o FEF de capital, no seu conjunto, manteve-se estável, apesar da tendência do FEF de corrente ser de crescimento e a tendência do FEF de capital ser de decréscimo, situação que está relacionada com o previsto na nova Lei das Finanças Locais.

As principais fontes de arrecadação de receita, tem que ver com as transferências correntes da Administração Central, onde está o FEF, o fundo social municipal para financiar o funcionamento das escolas, alguns subsídios correntes, com um peso de 66% do orçamento, significando que nós somos uma autarquia, como outras aqui da zona, muito dependente da administração central. Em termos de receitas, a segunda maior fonte de receita são os impostos diretos, onde está o IMI, o IMT e a derrama, depois temos as transferências de capital onde está essencialmente também o FEF e alguma comparticipação de projetos relativamente a eco-ilhas e relativamente ao centro de compostagem. Temos a venda e serviços correntes onde está incluída, por exemplo, a venda de água, saneamento, resíduos sólidos, as entradas no Museu e parque de campismo. As receitas provenientes das taxas têm que ver com licenciamento de obras, ocupação do espaço público com multas que possamos cobrar, entre outras. Outras receitas diversas são receitas que não estão incluídas nos capítulos anteriores e os impostos indiretos tem a ver com algumas taxas de ligação de saneamento, por exemplo.

Relativamente à Despesa, o gráfico da despesa apresentado, também resume os principais agregados da despesa desde 2011 a 2017. Dizer que a despesa paga em termos orçamentais baixou não é sinónimo que a despesa propriamente dita tenha baixado, podendo ser sinónimo de que não houve tesouraria eventualmente para poder pagar mais. A totalidade dos compromissos assumidos por pagar não significa que tudo seja dívida porque o município, por exemplo, lançou a empreitada do Largo da Feira que ronda os seiscentos mil euros, estando o compromisso assumido na totalidade, o que significa que vai ter que se pagar seja neste exercício ou nos seguintes, podendo transitar para o próximo ano o compromisso e não ter havido emissão de nenhuma fatura, não havendo dívida transitada. Já nos transportes e eletricidade, por exemplo, os compromissos transitados contemplam dívida que nós não conseguimos pagar. Ao transitar para o ano seguinte vai tirar dotações, se forem obras, projetos ou investimentos possivelmente não será de todo mau, uma vez que tem a ver com a execução e calendarização. No entanto, tudo o que forem despesas correntes deve tentar pagar-se o mais possível no exercício a que dizem respeito, uma vez que, caso

transitem por pagar vão consumir dotações do orçamento seguinte. A despesa com pessoal subiu em 2017 e representa 26 por cento do orçamento e aqui está incluído o pessoal do quadro e tudo o que é tarefas e avenças. Em anos anteriores havia tarefas e avenças que iam parar à aquisição e bens ou serviços, mas é obrigatório estar tudo na rubrica 01.07. Houve a formalização de alguns contratos de trabalho em junho de 2017 e isso também levou ao acréscimo da despesa com o pessoal. As aquisições de bens ou serviços tiveram uma execução de 38 por cento. Receberam de receita corrente oito milhões cento e cinquenta e dois mil novecentos e noventa e cinco euros e receitas de capital recebemos oitocentos e dois mil novecentos e cinquenta euros, tendo-se efetuado despesa corrente no valor de seis milhões duzentos e sessenta e dois mil euros e despesa de capital no valor de dois milhões, setecentos e seis mil, quinhentos e oitenta e nove euros. A Lei obriga a que haja equilíbrio orçamental e que este seja positivo. Nós temos um saldo corrente de um milhão, oitocentos e noventa mil, novecentos e onze euros. A este saldo temos que tirar a amortização média dos empréstimos e esta amortização não é exatamente a amortização do ano é um valor que a Lei define como a média das amortizações, obtendo um excedente anual de um milhão, trezentos e setenta e quatro mil, cento e oito euros, excedente este que foi canalizado para despesa de capital, por isso é que a despesa de capital é muito superior à receita de capital.

Quanto às GOP'S, em 2017, apesar da taxa de execução das GOP'S ser inferior à de 2016, em termos absolutos o valor executado até foi superior em sessenta e sete mil e trezentos euros, as GOP'S de 2017 tinham dotações maiores em relação a 2016 por contemplarem obras que iam ser cofinanciadas e acabaram por não ter execução. Em termos de pagamentos ou de execução houve uma redução no PAM de duzentos e seis mil euros e houve um aumento no PPI de duzentos e setenta e três mil euros. Em termos gráficos o PAM no total das GOP'S vale 70 por cento e o PPI 30 por cento, significando que há uma maior apetência para fazer atividades do que para fazer investimento. Através do gráfico pode ver-se a diferença entre o previsto e o executado. Em termos de tendência, ao longo dos anos, temos uma diminuição acentuada na execução das Funções Económicas.

O saldo que resulta da execução orçamental é dezassete mil ,cento e quarenta e quatro e quarenta e dois cêntimos, quanto ao saldo de operações de tesouraria, que não pode ser integrado nas dotações e não podem ser utilizado para realizar despesa, uma vez que é onde estão as retenções na fonte dos impostos dos funcionários as retenções da segurança social as retenções da ADSE. Depois também tem aquilo que é chamado saldos de conta de ordem que são garantias e cauções por exemplo de empreiteiros, perfazendo um saldo total a transitar de 69 mil euros, só podendo integrar-se para efeitos de despesa os dezassete mil euros, que foi aquilo que sobrou da execução orçamental.

Relativamente ao processo económico-financeiro, que reflete o outro subsistema contabilístico, apresentam-se os grandes agregados patrimoniais, designadamente o ativo líquido, fundos próprios e passivo. O ativo líquido são todos os bens que nós temos já expurgados as depreciações e amortizações, a tendência é de diminuição, isto tem muito a ver com a falta de investimento em novos ativos. Os fundos próprios, que no fundo é o nosso Património, tem um

resultado decrescente porque os resultados líquidos têm sido negativos, essencialmente desde 2013 e os resultados líquidos negativos vão para resultados transitados. No passivo houve um grande aumento de 2013 para 2014 causado por diversas situações, nomeadamente pelo reconhecimento da dívida às Águas e por acréscimos e diferimentos. Os acréscimos e recebimentos tem que ver com os subsídios ao investimento recebidos, como foi o caso do Museu do Vinho. Antigamente todos os subsídios que o município recebia eram contabilizados como proveitos do próprio ano, mas não pode ser assim, o que faz sentido e o que determinam as normas é que os subsídios ao investimento sejam diferidos. No exemplo do Museu do Vinho, este custou três milhões de euros e vai ser amortizado em cinquenta anos, sendo que aquilo que é razoável é que o subsidio ao investimento também, durante os cinquenta anos, seja imputado a rendimentos para balancear os gastos com as depreciações. É um passivo porque é uma obrigação, nós recebemos, temos a obrigação de manter o investimento e à medida que os anos vão passando vamos trespassando o passivo para rendimento. Os empréstimos de médio e longo prazo são claramente decrescentes e a dívida a terceiros de curto prazo é crescente ao ponto de em 2017 as dívidas a terceiros serem superiores às dívidas aos bancos a médio longo prazo, gerando problemas de tesouraria complicados. Quer em termos de cumprimento legal, quer em termos de execução orçamental isto é uma situação muito complexa, reflete-se nos prazos médios de pagamento e nos fundos disponíveis.

O Património mantém-se estável, as reservas dependem muito dos resultados serem positivos, a partir de 2013 com resultados negativos, muito por causa do elevado montante de transferências efetuadas pelo município, nem que sejam de capital para juntas ou para outras instituições, que em termos orçamentais são despesas de capital, mas em termos patrimoniais estamos a dar dinheiro para alguém fazer um ativo que não controlamos. Estes dois fatores, elevado montante de transferências e os subsídios ao investimento que não estão contabilizados em proveitos diferidos contribuem para que os resultados sejam negativos.

Dívida total é o conceito de dívida previsto na Lei das Finanças Locais, o FAM que é o fundo de apoio municipal que nós fomos obrigados a constituir, não conta para a dívida. Com o orçamento de estado para 2018 baixaram-nos bastante aquilo que tínhamos ainda de contribuir para o futuro. Neste momento temos que contribuir com cem mil euros, senão a lei do orçamento de Estado não tivesse promovido uma alteração tínhamos que contribuir com trezentos mil euros.

Para calcular a dívida total temos que ver a média da receita corrente dos últimos três exercícios que, no caso de S. João da Pesqueira, dá sete milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, duzentos e trinta e oito. Sendo que o limite de endividamento é uma vez e meia esse valor, sendo o mesmo de onze milhões, novecentos e trinta e quatro mil, trezentos e cinquenta e oito euros. Assim, o que nós devemos efetivamente a terceiros é de quatro milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, quinhentos e oito euros e ainda temos o contributo das entidades em que nós participamos e algumas que têm dívidas também temos que assumir a quota parte respetiva, sendo a dívida total de 2017 de cerca de oito milhões de euros, estando abaixo do limite. Está abaixo do limite mas, pela primeira

vez, está acima da média da receita corrente. Neste momento, se quiséssemos fazer um acordo a vinte e cinco anos para pagar a dívida às Águas só podíamos fazê-lo através da possibilidade contida no Orçamento de Estado. A dívida total em março baixou duzentos e cinco mil euros, não podendo recorrer ao saneamento financeiro outra vez.

No gráfico apresentado, os custos e perdas subiram até 2014. De 2014 para a frente houve alguma estabilização e uma diminuição de custos. Nós podemos ter um pagamento e esse pagamento não ser um custo, por exemplo, um seguro, uma vez que se pagar um seguro a meio do ano de mil euros para o período de um ano, o custo do exercício é só meio ano porque vai ter efeitos no ano seguinte e nós temos que fazer um deferimento, da mesma forma que subsídios de férias, temos que ter um custo do subsidio de férias que vamos pagar em 2018. Estas são algumas das diferenças da contabilidade patrimonial e da contabilidade orçamental.

A principal rubrica de custos é o fornecimento de serviços externos e a segunda rubrica, em 2017, é as despesas com pessoal que ultrapassou as amortizações. Na contabilidade patrimonial as transferências para as freguesias, mesmo que sejam de capital, são consideradas em custos extraordinários, mas para que não pensem que os custos extraordinários são muito elevados, passamos, já em 2016, de custos extraordinários para transferências.

As provisões do exercício não existiam, foram criadas pela primeira vez em 2015, estando relacionadas com as dívidas de água de clientes que poderão ser incobráveis e com processos em tribunal que ainda não estão decididos, mas havendo uma probabilidade do município poder vir a pagar alguma indemnização nós já temos o custo como assumido.

Desde 2011 houve um grande decréscimo dos proveitos até 2013, porque os subsídios ao investimento estavam refletidos na totalidade e também porque as transferências do orçamento de Estado diminuíram até 2013, depois houve uma ligeira recuperação até 2016, em 2016, os proveitos voltaram a baixar.

Em termos desagregados a principal rubrica são as transferências e subsídios, a segunda principal rubrica são os impostos e taxas. Somos muito dependentes de transferências do Orçamento de Estado, transferências correntes e de capital para financiar a nossa atividade. E, por fim, o resultado líquido que resultou do exercício, negativo em um milhão trezentos e oito mil, oitocentos e cinquenta e oito euros e dezasseis euros, terá que necessariamente de ser levados a resultados transitados, não sendo possível constituir reservas de um resultado líquido negativo, dando nota também que não temos de reforçar o Património se este for, pelo menos, 20 por cento do ativo líquido e o nosso é 49 por cento do ativo líquido. Assim, vamos acomodar nos resultados transitados e o património para já não é preciso ser reforçado, uma vez que está acima do mínimo que o POCAL estipula como necessário. Em termos gerais a apresentação é esta estando à disposição se houver alguma questão.

A Senhora Presidente da Assembleia agradeceu a apresentação do Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, considerou-a bastante esclarecedora, minimizando o documento tão extenso e técnico.

De seguida, convidou o Doutor José Lima para que este pudesse fazer a sua intervenção.

O Doutor José Lima, Auditor Externo, referiu que estava presente na sessão de Assembleia Municipal para explicar a sua função na Câmara. Referiu que emite a opinião sobre as contas, frisando que os encarregados da governação são o Presidente e todos os Vereadores. Faz uma análise das contas no primeiro semestre do ano, levando-o para apreciação em sessão de Assembleia de setembro. A sua auditoria não é uma auditoria de procedimentos ou de desempenho, trata-se de uma certificação e de um parecer que acompanha as contas, que são remetidas para a aprovação da assembleia. Este ano, como foi ano de eleições fez uma análise mais aprofundada. O Município cumpre todos os requisitos à exceção da contabilidade de custos.

A Senhora Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do Doutor José Lima.

De seguida, abriu um período de inscrições, para debate do ponto em questão.

O Senhor Francisco Pereira, agradeceu ao Doutor Paulo Tolda e Doutor José Lima pela excelente explanação dada da conta de gerência de 2017.

Congratulou-se com a votação das contas do ano de 2017, sendo esta, votada por unanimidade em reunião de Câmara.

Chamou a atenção, para se "chamarem as coisas pelos nomes", na página 6 diz "auditoria económico-financeira", deve estar "relatório de avaliação financeiro dos exercícios de 2015, 2016 e 2017".

Preocupa-o a contabilidade de custos, não estar implementada no Município, o que no seu entender é de primordial importância. Deixou o apelo de resolverem a questão da dívida às Águas do Norte.

O Senhor Eduardo Frederico interveio de seguida, agradecendo as explicações do Doutor Paulo Tolda e José Lima. Serviram para colmatar algumas dúvidas existentes e resumiu a vasta documentação recebida.

Apelou aos membros da Assembleia, que para bem do Ambiente e minimizando assim as despesas, reforçassem os pedidos de receberem a documentação de forma digital.

O documento de prestação de contas evidenciou, mais uma vez, o estado de ilegalidade que o Município se encontrava por força de uma gestão ineficaz dos dinheiros públicos comprometendo seriamente os próximos anos do mandato do atual Executivo.

Em 2018, será necessário obter uma taxa de execução da receita superior a 85% o que não aconteceu em 2017. Caso contrário o Município entrará em incumprimento com todas as consequências que daí advêm

Para que o Município tenha um equilíbrio financeiro, terá de adotar medidas e decisões, que nem sempre poderão ser entendidas pelos munícipes da Pesqueira, mas indispensáveis para criar condições de sustentabilidade económica desafogando assim, o aperto atual em que o Executivo em funções se encontra. Deixou algumas sugestões e medidas a adotar: aumento das receitas próprias, através do aumento da eficiência e eficácia, na forma como são geridos os serviços camarários, aumento das taxas e tarifas, internalização de atividades e tarefas que hoje são executadas por fornecedores externos tendo em vista a

diminuição do peso orçamental, diminuição dos compromissos transitados, diminuição das despesas com pessoal. Não será tarefa de fácil execução, pelo atual Executivo, mas crê, contudo, que para atingirem estes resultados não haverá mais espaço para hesitações.

Terminadas as intervenções a Senhora Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara concordou inteiramente com os pontos referidos pelo Senhor Eduardo Frederico.

O valor da dívida às águas é de quase quatro milhões. Se negociarem essa dívida, mesmo sendo a vinte e cinco anos, não realizam obra, senão pagar a dívida. Estão a procurar ajuda externa para avaliação das infraestruturas.

Informou que as Águas do Norte não estão a proceder a qualquer pagamento de renda, sendo assim, esta também contraiu dívida para com o Município. No momento encontram-se a proceder ao acerto de contas, para que possam assumir a dívida exata com as Águas do Norte.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia pôs este assunto à votação tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

Ponto 3 - Análise, discussão e votação da integração, como membro fundador, do CEPAD – Centro de Estudos e Promoção do Azeite do Douro.

O Senhor Frederico referiu não ter nada contra este Centro de Estudos. "Acredita na bondade deste Centro, pois não estamos somente numa região vinícola, mas também de olival".

Na análise feita aos estatutos, solicitou explicação, nomeadamente, qual o interesse do Município em participar neste Centro de Estudos. Pensa que o Município não tem qualificação técnica para o fazer. Os estatutos falam na existência de uma deliberação de integração, com uma fundamentação a demonstrar o relevante interesse público local. Em termos estatutários, a única figura que permite aderir ao Centro de Estudos, é na qualidade de membro fundador. Não sabe se o Centro de Estudos já foi constituído ou não. Há que ter em atenção as contribuições do Município, se estão em consonância com os objetivos e contribuições da Associação. Questionou qual o valor da jóia e da quota ou se, como membro fundador, não terá de as pagar.

O Senhor Sebastião Mesquita corrobora com as palavras do Senhor Eduardo Frederico. A criação do Centro de Estudos devia estar na alçada das Cooperativas, Associações de Olivicultores do concelho e não para o Município.

O Senhor Joaquim Carvalho questionou os custos do projeto para o Município. "A Câmara como membro fundador, não percebe o porquê de ser integrada". Perguntou se o Centro terá sede física, se sim, onde. Se os funcionários vão ser recrutados dos vários concelhos integrados no Centro de Estudos, ou só do concelho onde ficará sediada a sede. Por fim, pediu os resultados dos protocolos existentes com a UTAD e o Município de Bragança.

O Senhor João Olindo informou que a sede é na rua António José de Almeida em Tabuaço. O Centro existe, é o Presidente da Câmara de Tabuaço que está a frente do projeto. Na sua opinião, é uma área interessante para ser explorada por Associações e Cooperativas, não para uma Câmara Municipal. "No início é tudo

muito bonito, mas há sempre jogos de interesse, jogos políticos. Gostava de perceber o papel do Município na criação deste Centro de Estudos".

O Senhor Fernando Pereira disse ser importante não olhar só para a vinhas, mas também para o olival. O Município, certamente procura criar dimensão. Sem voz e sem capacidade de representação, dificilmente iremos a lado algum. Concorde com a integração no Centro, o Município da Pesqueira a lado com o Município de Tabuaço tem mais peso. A DOP Douro vai ser uma realidade e o nosso concelho não pode ficar para trás. É importante defender uma cultura que temos enraizada. O Senhor Presidente da Câmara disse que esta discussão já se iniciou há muito tempo, envolvendo privados do concelho. O Senhor António Balça, ainda antes do último mandato falava na criação da DOP Douro. Independentemente do Centro estar sediado em Tabuaço, a Câmara tem interesse em integrá-lo. Deixou à consideração da Assembleia a sua integração bem como, alguma alteração aos estatutos, à joia e à sede.

O Senhor Eduardo Frederico não tem nada contra a criação do Centro de Estudos ligado à olivicultura. No entanto, tem dúvidas quanto à criação do projeto e à integração do Município. Sugeriu adiar esta decisão, para a sessão de Assembleia seguinte, onde pudessem estar na posse de elementos mais concretos.

O Senhor João Olindo concordou com o adiamento do ponto. Sugeriu que pudessem contar com alguém que esteja na génese do Centro de Estudos, que viesse a esta Assembleia explicar o funcionamento e atividade.

A Senhora Presidente da Assembleia aceitou as propostas feitas pelo Senhor Eduardo Frederico e João Olindo. Não faz sentido adiar um ponto só por adiar. Ao protelar este assunto, é importante procurar mais elementos referentes ao mesmo, nomeadamente a definição da jóia, quem vai gerir o Centro de Estudos e onde se situará a sede. Seria melhor estar presente na Assembleia, alguém que pudesse explicar o procedimento da criação do Centro.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação. Adiar este assunto para recolha de informação mais detalhada referente ao mesmo, ou estar presente alguém a explicar detalhadamente esta integração para uma melhor decisão da Assembleia Municipal.

A proposta foi aceite por unanimidade.

O ponto foi assim adiado para obter mais informação e para uma melhor tomada de decisão na próxima Assembleia.

Ponto 4 - Análise, discussão e votação do pedido de autorização para assunção de Compromissos Plurianuais - Concurso Público Internacional para Aquisição de Energia Elétrica em MT (Média Tensão) BTE (Baixa Tensão Especial) e BTN (Baixa Tensão Normal) e IP (Iluminação Pública).

Abertas as inscrições, começou por intervir o Senhor Joaquim Carvalho que pediu esclarecimento em relação aos valores apresentados, se são os valores atuais do preço do mercado e quanto se poderá poupar.

O Senhor António Froufe solicitou à Câmara Municipal para reforçar os pedidos em relação às "luminárias quando estas estão apagadas".

O Senhor Eduardo Frederico referiu que é indispensável o lançamento do concurso, há um conjunto de Municípios que se agregaram para tentar obter condições mais favoráveis.

Concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara este disse que o valor apresentado, é o valor estimado, cerca de trezentos mil euros para dois mil e dezoito e seiscentos mil euros para 2019.

Já teve uma reunião com a EDP devido à falta de lâmpadas, pois quando falha alguma lâmpada a rua fica sem luz dois meses.

Posto o ponto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Ponto 5 - Análise, discussão e votação da 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento – Integração do Saldo de Gerência do Exercício de 2017.

Abertas as inscrições para uso da palavra, começou por intervir o Senhor Eduardo Frederico referindo que a integração do Saldo de Gerência do Exercício de 2017 é uma obrigação que resulta da Lei.

Passou-se à votação do ponto, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

Ponto 6 - Análise, discussão e votação da Proposta de Recomendação para Adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou abertas as inscrições, concedendo a palavra ao Senhor Eduardo Frederico. Este relativamente ao assunto em questão disse conhecer o trabalho da Associação Nacional de Municípios e considera que é benéfica a adesão. A Assembleia tem de tomar uma decisão, para que o Executivo, delibere a adesão ou não desta Assembleia na Associação Nacional de Municípios e eleger o representante que obrigatoriamente será a Presidente da Assembleia Municipal.

A Senhora Marcolina Sequeira pediu desculpa antes de tocar no ponto, mas disse o seguinte" ao longo desta sessão ouvi comentários descontextualizados, que eram desnecessários. Assim lembro a todos, a seriedade com que estas reuniões devem ser tratadas e o respeito que este órgão nos merece. Neste sentido, há frases que não devem ser proferidas, uma vez que a sua significação é ofensiva, quer para quem as profere, quer para quem as ouve e eu recuso-me a ouvi-las pois não me revejo nas que sejam desta índole" apelou à Senhora Presidente da Assembleia para que não permitisse estas verbalizações.

Passando ao ponto, questionou qual o valor da quota anual e referiu que a prestação não é fixa, esta é definida mediante o número de eleitores anualmente. A Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, sendo aprovado por unanimidade.

A Senhora Presidente da Assembleia, recebeu uma inscrição do público do Senhor Hugo Simão Santas Noites. Lembrou que o público tem cinco minutos para intervir. O Senhor Hugo Santas Noites cumprimentou os presentes. Disse ter em sua posse dois documentos assinados pelo Senhor Presidente da Câmara. Uma carta de cessação de funções da funcionária Tânia Correia. E outro onde refere que a Tânia Correia não é funcionária da Câmara de S. João da Pesqueira.

Questionou o Senhor Presidente da Câmara se a Tânia Correia não é funcionária do Município, então porque os recibos de vencimento foram passados ao Município de S. João da Pesqueira e a descrição dos mesmos é de Auxiliar de Educação. A funcionária em questão trabalhava desde as 8:30h da manhã às

18:30h, cedida apenas uma hora à Pesqueiramiga, assim foi um protocolo assinado talvez pelo antigo Executivo. Questionou o Senhor Presidente onde se fundamentou para o despedimento da Senhora Tânia Correia. Na carta de cessação de funções o Senhor Presidente da Câmara justificou como contenção de custos, mas, no dia em que a funcionária foi despedida verbalmente, entrou para o serviço outra funcionária em substituição da Senhora Tânia Correia. O Senhor Presidente da Câmara, disse à Senhora Tânia Correia que a Pesqueiramiga ia assegurar o vencimento ao fim do mês, já que a funcionária trabalhava para a Pesqueiramiga e não para a Câmara Municipal. Perguntou com quem falou para poder ir ter com essa pessoa garantindo, assim o ordenado e a continuidade das funções da Senhora Tânia Correia.

O Senhor Presidente da Câmara em resposta à intervenção do Sr. Hugo Simão santas Noites, respondeu não ter havido despedimento algum, uma vez que a trabalhadora em questão, não tem qualquer tipo de contrato com a Câmara, nem sequer de prestação de serviços. Não existe protocolo nenhum com a Pesqueiramiga, nem ninguém que a vá substituir. A trabalhadora, em referência vinha desempenhando funções para a Pesqueiramiga, à exceção do acompanhamento no transporte das crianças de manhã e à tarde. Reuniu com a Pesqueiramiga, além de estarem a pagar o vencimento de uma funcionária, estavam a usufruir das salas do Centro Escolar de S. João da Pesqueira, de água, de luz e de aquecimento tudo gratuito. Esta instituição foi informada, que a partir do mês seguinte deixavam de pagar o vencimento da funcionária.

Reuniu com a Pesqueiramiga no sentido de clarificar a situação e desconhecia que essa entidade não tivesse renovado o contrato com a sua funcionária.

A Senhora Presidente da Assembleia colocou à aprovação em minuta dos pontos 2, 4, 5 e 6, os mesmos foram aprovados por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

A Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, agradecendo a presença de todos e desejando um bom resto de dia e um bom feriado. Dos trabalhos em agenda foi lavrada a ata, que depois de lida, posta a votação e aprovada por maioria irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

A Presidente da Assembleia Municipal



O 1.º Secretário



O 2.º Secretário

